

GOVERNO

Marcha desfavorável a Lula

Além das críticas ao Palácio do Planalto, encontro dos prefeitos também debaterá com pré-candidatos de oposição ao presidente

» ÁNDREA MALCHER

A XXVII Marcha dos Prefeitos, que começa hoje, tem tudo para se tornar um grande palanque eleitoral para os pré-candidatos que se apresentam como adversários do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições de outubro. Além das presenças de Flávio Bolsonaro (PL), Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão) nos debates, o clima do evento é amplamente desfavorável ao governo federal. Ou seja: aos ataques que os quatro postulantes farão a Lula se somarão reclamações à série de demandas não atendidas pelo Palácio do Planalto.

A abertura da Marcha terá a presença dos presidentes Davi Alcolumbre (União-AP), do Senado — há algum tempo em rota de colisão com Lula —, e Hugo Motta (Republicanos-PB), da Câmara. O próprio presidente da República decidiu faltar ao evento, pois cumpre agendas em São Paulo. Primeiramente, comparece à cerimônia de abertura do Encontro Internacional da Indústria da Construção (Enic) e, depois, lança o programa Move Aplicativos, com uma linha de crédito de até R\$ 30 milhões para motoristas de aplicativos e taxistas. A tiracolo, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, deixou claro que o ambiente da Marcha é hostil ao governo. Teceu críticas aos projetos enviados pelo Executivo ao Congresso, definidas como “pautas bombas” para as prefeituras — uma delas é a medida provisória (MP) que corrige o cálculo e eleva o piso salarial dos professores. Segundo a CNM, 16 proposições em estágio avançado de tramitação

Antonio Cruz/Agência Brasil



Os municípios de pequeno e médio porte não têm estrutura nem apoio para o custeio da segurança pública. Já a redução da jornada de trabalho deve trazer impacto de R\$ 48 bi para os municípios e isso mexe não apenas na iniciativa privada, mas nos direitos dos servidores. Tudo isso irão votar agora. Um cenário terrível!

Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios

e discussão ameaçam causar um impacto imediato de R\$ 295,3 bilhões aos municípios.

Segundo Ziulkoski, o piso do magistério para os municípios e os reajustes anuais têm comprometido os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). “Ninguém é contra pagar os professores, mas tem que ter recurso. O impacto do piso, somente neste ano, é de R\$ 8,5 bilhões e a gente não sabe como será o comportamento do Fundeb. Hoje, 88% dos recursos são destinados ao pagamento do piso”, explicou.

Novo cálculo

A MP muda a forma para calcular os reajustes do piso nacional do magistério. A leitura do parecer da relatora, a senadora Professora Dorinha (União-TO), está prevista para hoje, na comissão mista. O texto determina que o reajuste combine a inflação do ano anterior, medida pelo INPC, mais 50% da média do crescimento real das receitas do Fundeb. Em 2026, caso o texto seja aprovado desta forma, o piso iria de R\$ 4.867,77 para R\$ 5.130,63. A MP deve ser aprovada até 1º de junho. Diferentemente das propostas do governo, de um impacto de R\$ 6,4 bilhões aos entes que

aplicarem a regra, a CNM estima um valor de R\$ 8 bilhões.

O presidente da CNM também reclamou da demora do pagamento de emendas e disse que matérias como a que reduz a jornada de trabalho — a PEC do fim da 6 x 1 deve ser levada ao Plenário até o fim do mês — e a proposta de emenda à Constituição (PEC) da segurança pública podem ampliar dificuldades financeiras nos municípios. “Os municípios de pequeno e médio porte, principalmente, não têm estrutura nem apoio para o custeio da segurança pública. Já a redução da jornada de trabalho deve trazer impacto de R\$ 48 bilhões para os municípios e isso mexe não apenas

na iniciativa privada, mas nos direitos dos servidores concursados. Tudo isso irão votar agora. A gente tentou sugerir emendas aos parlamentares, mas não aceitaram. São pontos eloquentes. Esse é um cenário terrível”, ressaltou Ziulkoski.

A CNM afirma que a distribuição das emendas é desigual e defende um fundo de equalização e compensação, com 3% das transferências voluntárias da União destinadas a cidades com menor participação na divisão dos repasses. Os prefeitos querem acelerar os pagamentos antes do período eleitoral. A entidade garante que o governo deve pagar 65% das emendas impositivas antes de julho, mas menos de

20% havia sido liberado até o levantamento preparado para a Marcha.

O governo não decidiu se mandará representante à Marcha, que tem sido um ambiente desfavorável a Lula. Nas últimas duas edições foi vaiado pelos prefeitos bolsonaristas e, agora, em ano eleitoral, o Palácio do Planalto decidiu não correr o risco de mais hostilidades. O outro lado disso é que Flávio, Caiado, Zema e Renan Santos estarão à vontade para atacar o presidente sem serem confrontados.

A Marcha tem cerca de 17 mil inscritos este ano e tem foco claramente eleitoral, pois pretende discutir as “necessidades da sociedade brasileira”.

Luiz Roberto/TSE



Messias foi muito aplaudido na posse de Nunes Marques, no TSE

Barreiras à reapresentação de Messias

» ALÍCIA BERNARDES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem pelo menos dois obstáculos à pretensão de apresentar novamente o advogado-geral da União, Jorge Messias, à 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal. O primeiro é o próprio indicado, que ainda não manifestou o desejo de ter de passar pelo mesmo processo novamente e correr o risco de, mais uma vez, ser rejeitado pelo Plenário do Senado — sobretudo porque o ambiente na Casa não mudou em relação ao governo. O segundo é uma norma de 2010 que impediria a reapresentação do nome.

O primeiro fator pode ser contornado caso Messias seja convencido a percorrer a mesma maratona, apesar de todos os riscos. Mas o segundo é mais complexo e precisaria de um vasto entendimento entre o Palácio do Planalto e o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), para que fosse contornado.

Segundo o Regimento Interno do Senado, autoridades rejeitadas pelo Plenário não poderiam ter o nome reapresentado na mesma sessão legislativa. A vedação está prevista no Ato da Mesa nº 1, de 2010, que regulamenta dispositivos do regimento do Senado. O quinto artigo diz que “é vedada a apreciação, na mesma sessão legislativa, de indicação de autoridade rejeitada pelo Senado Federal”.

Representa que Lula só poderia encaminhar novamente o nome de Messias a partir de fevereiro de 2027, quando começa a nova sessão legislativa. Mas, antes, ele precisaria ser reeleito ao Palácio do Planalto.

Aliados do presidente afirmam que a insistência de Lula sinaliza que não pretende abandonar o ministro da AGU. Segundo relatos feitos a integrantes da base, o petista passou a defender internamente uma espécie de “reparação” a Messias. Mas, no Congresso, advertem que apresentar Messias novamente pode ampliar

o desgaste entre o Planalto e o Senado. Parlamentares afirmam que uma eventual tentativa de alterar o ato da Mesa para permitir nova análise ainda em 2026 dependeria de amplo acordo político com Alcolumbre e líderes partidários, hipótese considerada improvável no atual cenário. Senadores também argumentam que flexibilizar a regra, logo após a rejeição, abriria um precedente para futuras indicações a tribunais superiores e órgãos de controle.

Desagravo

O ponto de virada para Lula, segundo integrantes do Palácio do Planalto, foi a posse do ministro Kassio Nunes Marques na presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dia 12. Messias foi aplaudido fortemente na solenidade. Para o presidente, o gesto representou um sinal de respeito e reconhecimento ao trabalho do AGU e um desagravo ao indicado.

Alcolumbre, que estava presente na posse, não aplaudiu nem cumprimentou o presidente. Ele estava ao lado de Lula na mesa da cerimônia.

Messias teve uma conversa com Lula antes da posse no TSE. Foi a segunda reunião entre os dois desde a derrota no Senado. Segundo aliados do chefe da AGU, Messias só aceitaria uma nova indicação com muita certeza de que seria aprovado. Ele entrou de férias em 13 de maio e só deve voltar ao trabalho no próximo dia 26.

Em São Paulo, o vice-presidente Geraldo Alckmin admitiu que Messias pode ser indicado novamente por Lula. “Messias tem todas as condições (de estar no STF). É um jurista experiente e tem espírito público. Ele fez curso para ser advogado do povo, para a AGU, para prestar serviço público. Então, ele tem espírito público, preparo e experiência. Vamos aguardar”, observou.

JUDICIÁRIO

Ex-governador do Acre é réu pela 2ª vez

» FABIO GRECCHI
» IAGO MAC CORD

O ex-governador do Acre, Gladson Cameli, tornou-se réu novamente em um processo por suspeita de fraude à licitação e peculato em obras da rodovia estadual AC-405, em Cruzeiro do Sul. A denúncia foi recebida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 6 de maio, mesmo dia em que a Corte o condenou a 25 anos e nove meses de prisão, em regime inicial fechado, em outra ação penal derivada da Operação Ptolomeu.

Gladson está ineleável por oito anos. Foi condenado por unanimidade pela Corte Especial do STJ — respondeu pelos crimes de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro,

organização criminosa e fraudes em licitações, ele se enquadra na Lei da Ficha Limpa, resultando em sua ineleabilidade por oito anos. O ex-governador renunciou ao mandato no início de abril para tentar concorrer a uma das cadeiras do Acre no Senado, em outubro, pelo Progressistas. Se o fizer, será amparado em liminar.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), Gladson não apenas é acusado de superfaturar a obra em R\$ 3,6 milhões, mas também de direcioná-la à Construtora Colorado, empreiteira ligada aos Cameli. As ilegalidades teriam começado no primeiro mandato do ex-governador, em 2020.

Para drenar os recursos na direção da Colorado, Gladson nomeou

aliados para cargos com capacidade decisória no Departamento de Estradas e Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre (Denacre). O ex-governador determinava cronogramas de pagamentos e contratação de fornecedores, geralmente empresas ligadas a seu grupo político.

O pai do ex-governador, Eládio, e um primo, Linker, seriam parte do esquema. Ao votar pelo recebimento da denúncia, a ministra Nancy Andrighi frisou que o patriarca dos Cameli tinha influência não apenas na empresa vencedora, mas também na empresa Ardo, que integrava o consórcio concorrente. A ideia seria fazer um certame viciado, no qual uma das empresas participantes estava marcada para

vencer e outra, perdedora, apenas servia para dar fachada de legalidade à disputa.

A denúncia sustenta que servidores no Denacre que integraram o esquema de Gladson permitiram o superfaturamento e agiram com desídia na fiscalização das obras. Mais: o MPF menciona movimentações financeiras consideradas suspeitas, algo frisado pela ministra ao apontar que quebras de sigilo bancário trouxeram à tona transferências milionárias da Construtora Colorado para empresas ligadas aos Cameli.

Esse dinheiro, segundo o Ministério Público Federal, teria sido usado até mesmo para pagar despesas relacionadas a um imóvel de luxo e à reforma da residência do ex-governador.

Instagram pessoal



Gladson Cameli e o pai, Eládio. Ambos denunciados por superfaturamento